



NOTA METODOLÓGICA



**DESENVOLVIMENTO
SOCIAL**



GOVERNO DIFERENTE.
ESTADO EFICIENTE.



EDS-MINAS
Escritório de Dados
Sociais de Minas Gerais

Governo de Minas Gerais

Romeu Zema Neto

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

Alessandra Diniz Portela Silveira

Escritório de Dados Sociais

Elder Carlos Gabrich Júnior

Flávia Lacerda Teixeira

Marina Naves Batista

Artur Henrique Guimarães Quirino

Chayenne Chagas de Castro

APRESENTAÇÃO

O **IPM Minas** é um índice desenvolvido pelo Escritório de Dados da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais, com o objetivo de medir os níveis de pobreza da população, considerando múltiplos aspectos da vida das pessoas, para além do seu nível de renda. O IPM Minas é um índice bastante flexível e composto de variados indicadores. Além disso, tem o mérito de analisar as privações que acometem a população de Minas Gerais sob a ótica familiar.

Nesta nota metodológica, você irá entender melhor de onde vem o IPM, quais os dados utilizados, como que o índice é calculado, o que o índice considera para dizer que determinadas pessoas se encontram em situação de pobreza e as análises possíveis de serem feitas como desdobramento desse trabalho de entender o tamanho e as dimensões da pobreza no estado de Minas Gerais.

COMO SURTIU O IPM MINAS

A partir de 2021, a **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE)** vem aprofundando seus estudos a respeito do comportamento da pobreza no Estado de Minas Gerais e dos impactos destas privações na vida das famílias mineiras em situação de vulnerabilidade social. Este trabalho vai ao encontro da diretriz adotada pela SEDESE de formular e implementar políticas públicas baseadas em evidências, que sejam assertivas e capazes de resolver os problemas a que se propuseram.

Como efeito deste trabalho, a equipe do Escritório de Dados da SEDESE, unidade administrativa responsável por desenvolver estudos e pesquisas sobre a pobreza em Minas Gerais, bem como sobre o efeito da implementação de políticas sociais no Estado, criou e vem calculando **o Índice de Pobreza Multidimensional de Minas Gerais (IPM Minas)**.

O IPM (Índice de Pobreza Multidimensional), proposto pelos pesquisadores Sabina Alkire e James Foster, da OPHI (*Oxford Poverty and Human Development Initiative*), mensura a pobreza a partir de uma abordagem multidimensional, considerando outros critérios para além da renda. **Entende-se que ser pobre é ser afetado por múltiplas formas de privação de ordem social, biológica, econômica e política.** A abordagem multidimensional nos permite estar atentos às várias dimensões da pobreza e à evolução delas ao longo do tempo.

Através do IPM Minas, é possível saber quais dimensões da vida em que as pessoas possuem mais privações e investigar os territórios e municípios mais vulneráveis. Para fins de monitoramento e avaliação de projetos, o índice permite acompanhar as mudanças nas características da pobreza ao longo do tempo, além de ser um parâmetro objetivo de comparação do público-alvo, antes e após a implementação de intervenções.

BASE DE DADOS

O IPM Minas é calculado através dos dados do **Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico)**. O CadÚnico é um banco de dados com informações socioeconômicas de famílias brasileiras de baixa renda e é utilizado como condição de acesso a diversos programas e benefícios sociais, como o Bolsa Família.

O IPM Minas, portanto, tem como seu universo de análise as famílias de baixa renda em Minas Gerais. Seu intuito é, dentro desse universo, entender as outras privações que acometem as famílias avaliadas. Muitas de suas outras privações são associadas à sua privação de renda, porém as outras carências podem apresentar variados níveis e sobreposições em razão da renda e de outros fatores (local de residência, redes de apoio, atuação do Estado, etc).

Devido ao uso de uma base de dados não amostral e periodicamente atualizada – o CadÚnico –, é possível calcular de tempos em tempos o IPM individual de cada família de baixa de renda de Minas Gerais que se encontra cadastrada. O público-foco do cadastramento são famílias com renda familiar até meio salário-mínimo por pessoa ou renda mensal de até três salários-mínimos no total. Contudo, famílias com renda superior também podem ser cadastradas, uma vez que podem utilizar do CadÚnico para acessar programas governamentais específicos em que podem ser atendidas, como o Minha Casa, Minha Vida.

A atualização do Cadastro no prazo máximo de dois anos é necessária para que as famílias contempladas pelo programa Bolsa Família e outros programas continuem recebendo seu benefício. Diferentemente das bases de dados da PNADC e do Censo – que resultam de pesquisas amostrais de estoques populacionais em um período de referência – a base de dados do CadÚnico é uma base de registros administrativos, cujos dados são continuamente atualizados a depender da procura das famílias a cadastrar-se pela primeira vez ou atualizar seus cadastros, que é incentivada por dadas condicionalidades dos programas sociais em que são beneficiadas.

Para o cálculo do IPM Minas, são utilizados os dados mais recentes de cada família e são desconsideradas as famílias cuja data de cadastramento ou de última atualização cadastral tenha mais de 48 meses de distância em relação ao mês de referência do IPM Minas. **O IPM Minas será sempre calculado com as bases do CadÚnico dos meses de junho e dezembro, sendo, portanto, divulgado semestralmente.**

COMPOSIÇÃO DO IPM MINAS

O IPM Minas, desenvolvido pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais (SEDESE), **é composto de 12 indicadores em 4 dimensões: Saneamento Básico, Educação, Padrão de Vida e Trabalho.**

Cada dimensão, por sua vez, é composta de 3 indicadores. Na tabela abaixo, é possível consultar os indicadores de cada dimensão.

Quadro 1: Dimensões e indicadores do IPM Minas

Dimensão	Indicador	A família se encontra em privação se...
Saneamento Básico	Coleta de lixo	... não há coleta adequada de lixo
	Banheiro e/ou esgotamento sanitário	... não há banheiro ou escoamento sanitário adequado
	Água canalizada	... não há água canalizada
Educação	Adulto sem ensino fundamental	... algum adulto de 25 anos ou mais não concluiu o ensino fundamental
	Distorção idade-série	... alguma criança ou adolescente de 8 a 17 anos está em defasagem na escola de 2 anos ou mais em relação à série escolar apropriada para sua idade
	Criança ou adolescente fora da escola	... alguma criança ou adolescente de 6 a 17 anos não se encontra matriculada na escola
Padrão de Vida	Energia elétrica	... não há iluminação elétrica
	Material de construção do domicílio	... o material predominante das paredes externas ou do piso da casa são inadequados
	Densidade de moradores	... há 2 ou mais moradores por dormitório ou não cômodos considerados dormitórios

Trabalho	Trabalho formal	... não há nenhum membro do domicílio, acima de 25 anos, que tenha trabalho formal
	Jovem nem-nem	... há algum jovem de 14 a 24 anos que nem estuda e nem trabalha
	Trabalho infantil	... há alguma criança no domicílio que trabalha

Fonte: Elaboração própria.

Cada indicador parte de critérios objetivos pelos quais é possível dizer que uma família se encontra em privação sob aquele aspecto de sua realidade. A partir das informações a seguir, é possível saber minuciosamente o que distingue as famílias consideradas em privação, segundo cada um dos indicadores considerados. São apresentadas ainda as variáveis do CadÚnico empregadas para a verificação dos critérios expostos.



SANEAMENTO BÁSICO

Esta dimensão observa o acesso da população a um conjunto de medidas, serviços e instalações operacionais que lhe garante uma vida mais digna, com mais qualidade e mais saúde. O saneamento básico envolve a gestão e o tratamento adequados dos resíduos e recursos naturais, com o objetivo de promover bem-estar social, prevenir doenças e proteger o ecossistema.

COLETA DE LIXO

A coleta de lixo é um componente fundamental do Saneamento Básico. O lixo acumulado em espaços públicos ou nas residências cria um ambiente insalubre, desagradável e inseguro. O acúmulo de lixo favorece a proliferação de vetores de doenças,

pode obstruir os sistemas de drenagem urbana – o que dificulta o escoamento da água da chuva e pode causar enchentes e alagamentos –, além de contaminar o solo, os rios e os lençóis freáticos.

A coleta adequada permite que o lixo seja encaminhado para a destinação correta (como aterros sanitários ou reciclagem), evitando danos ao meio ambiente e à saúde pública. É necessário pontuar também que um ambiente limpo e bem cuidado reflete em uma maior sensação de bem-estar e pertencimento para os moradores.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se a forma de coleta do lixo é:

- É coletado diretamente.

... a família se encontra em privação se a forma de coleta do lixo é:

- É coletado indiretamente;
- É queimado ou enterrado na propriedade;
- É jogado em terreno baldio ou logradouro;
- É jogado em rio ou mar;
- Tem outro destino.

Variável utilizada do CadÚnico:

- Forma de coleta do lixo (cod_destino_lixo_domic_fam).

BANHEIRO E/OU ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Ter um banheiro é uma questão básica de dignidade humana, pois se trata de ter um espaço adequado para a higiene pessoal. Ambientes sem banheiros ou com esgoto

não tratado são desconfortáveis e indignos. Isso afeta a saúde física das pessoas – uma vez que resíduos humanos indevidamente descartados podem atrair vetores de doenças infecciosas e contaminar o meio ambiente –, mas também afeta o seu bem-estar mental e psicológico.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se tem banheiro e a forma de escoamento sanitário é:

- Rede coletora de esgoto ou pluvial;
- Fossa séptica.

... a família se encontra em privação se não tem banheiro ou então a forma de escoamento sanitário é:

- Fossa rudimentar;
- Vala a céu aberto;
- Lançado direto para um rio, lago ou mar;
- Outra forma.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- Existência de banheiro (cod_banheiro_domic_fam);
- Forma de escoamento sanitário (cod_escoa_sanitario_domic_fam).

ÁGUA CANALIZADA

Um domicílio sem acesso facilitado à água está mais propenso a uma situação de vulnerabilidade, dado que se trata de um bem basilar à própria vida e que é essencial para

a manutenção da higiene pessoal e para a produção, limpeza e preparação de alimentos. O acesso não facilitado à água também pode implicar em necessidade de transporte da água em baldes e bacias, por longas distâncias, o que pode acarretar o desgaste físico de pessoas que já estão em uma situação de privação de bens e serviços básicos.

Além disso, a água encanada tende a ser de melhor qualidade, principalmente porque ela passa por um processo de tratamento e controle de qualidade rigoroso antes de ser distribuída nas residências. Os sistemas de tubulação fechados ajudam ainda a proteger a água de contaminações externas.

Para o IPM Minas, a família não se encontra em privação se possui água canalizada e se encontra em privação se não possui.

Variável utilizada do CadÚnico:

- **Se o domicílio tem água encanada (cod_agua_canalizada_fam).**



EDUCAÇÃO

A educação é fundamental para o desenvolvimento individual e social, desempenhando um papel essencial em várias áreas da vida humana. Em primeiro lugar, a educação oferece o conhecimento necessário para compreender o mundo ao nosso redor, melhorar o raciocínio crítico, tomar decisões informadas e adotar hábitos de vida mais saudáveis. Em segundo lugar, ela capacita as pessoas com conhecimentos e habilidades que são importantes para a inserção no mercado de trabalho e que podem promover uma possível mobilidade social, uma vez que a educação abre portas para melhores empregos, com salários mais altos e condições de vida mais adequadas.

Uma observação importante sobre os indicadores da dimensão de Educação é que todos consideram a idade das pessoas. Mais especificamente, eles consideram a idade que elas possuem na data de cadastramento no CadÚnico ou de última atualização cadastral.

ADULTO SEM ENSINO FUNDAMENTAL

A falta de acesso à educação durante a infância e adolescência tem um impacto profundo e duradouro na vida adulta, afetando vários aspectos do desenvolvimento pessoal, social e econômico de um indivíduo. Não ter recebido uma educação formal adequada pode: limitar a capacidade das pessoas de acessar empregos; prejudicar o acesso a informações sobre cidadania e saúde; aumentar a dificuldade de adaptação às novas tecnologias; comprometer o desempenho de tarefas práticas do dia a dia; diminuir a autoconfiança e a autoestima.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se não possui pessoas com 25 anos ou mais de idade ou se todos os membros com 25 anos ou mais se enquadram em uma das categorias abaixo:

- **As últimas etapas escolares cursadas correspondem ao ensino médio e superior, tendo concluído as mesmas ou não;**
- **As últimas séries cursadas são do ensino fundamental (EJA ou ensino regular), com conclusão;**
- **Atualmente estão cursando EJA em séries do ensino médio.**

... a família se encontra em privação se todos os membros com 25 anos ou mais se enquadram em uma das categorias abaixo:

- As últimas etapas escolares cursadas correspondem a creche, pré-escola e classes de alfabetização;
- As últimas séries cursadas são do ensino fundamental (EJA ou ensino regular), sem conclusão;
- Atualmente estão cursando EJA em etapa de alfabetização ou em séries do ensino fundamental;
- Nunca frequentaram a escola.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- Data de nascimento da pessoa (dta_nasc_pessoa);
- Data de última atualização dos dados sociais da pessoa (dta_atual_memb);
- Pessoa frequenta escola (ind_frequenta_escola_memb);
- Curso que a pessoa frequenta (cod_curso_frequenta_memb);
- Curso mais elevado que a pessoa frequentou (cod_curso_frequentou_pessoa_memb);
- A pessoa concluiu o curso (cod_concluiu_frequentou_memb).

DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE

O sistema escolar é organizado de maneira que cada série ou ano escolar construa conhecimentos a partir dos anteriores, com a aprendizagem de conceitos e habilidades de forma gradual. Quando crianças ou adolescentes não são estimulados adequadamente a aprender, eles podem ter dificuldades para adquirir competências essenciais que servirão de base para o aprendizado futuro. Além dos efeitos para a trajetória escolar – desmotivação com os estudos e evasão escolar –, a dificuldade de aprendizagem pode gerar baixa autoestima e frustração pessoal.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se não possui membros de 8 a 17 anos ou se todas as crianças e adolescentes nesta faixa etária:

- Frequenta a escola em série adequada para a própria idade ou para alunos mais jovens com menos de 2 anos de diferença;
- Não frequenta mais a escola, porém a última série cursada é adequada para alunos com 2 anos ou menos de diferença de idade.

... a família se encontra em privação se tiver pelos menos uma criança ou adolescente de 8 a 17 anos que:

- Frequenta a escola em série adequada para alunos mais jovens com 2 anos ou mais de diferença;
- Não frequenta mais a escola e a última série frequentada é adequada para alunos mais jovens com 2 anos ou mais de diferença.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- Data de nascimento da pessoa (dta_nasc_pessoa);
- Data de última atualização dos dados sociais da pessoa (dta_atual_memb);
- Curso que a pessoa frequenta (cod_curso_frequenta_memb);
- Ano e série que a pessoa frequenta (cod_ano_serie_frequenta_memb);
- Curso mais elevado que a pessoa frequentou(cod_curso_frequentou_pessoa_memb);
- Último ano e série frequentados pela pessoa (cod_ano_serie_frequentou_memb).

CRIANÇA OU ADOLESCENTE FORA DA ESCOLA

Crianças e adolescentes devem frequentar a escola por diversas razões fundamentais, que abrangem tanto o desenvolvimento pessoal quanto social e a construção de um futuro melhor para eles e para a sociedade. A escola oferece um ambiente estruturado e apropriado para o aprendizado, permitindo que crianças e adolescentes adquiram conhecimento em diversas áreas que são essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico e a resolução de problemas. A escola é também um espaço onde crianças e adolescentes aprendem a interagir com outras pessoas, desenvolvendo habilidades sociais importantes, como empatia, comunicação, trabalho em equipe e resolução de conflitos. Por fim, o longo do tempo, a escola prepara os jovens para o mundo do trabalho, ensinando habilidades que são fundamentais para a empregabilidade e que podem abrir portas de oportunidades de ascensão social.

Para o cálculo do indicador, são consideradas as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos. Contudo, como crianças de 6 anos refere-se àquelas que tinham 6 anos ou terão essa idade no mês de março do ano correspondente ao seu cadastro no CadÚnico ou última atualização cadastral, uma vez que é norma do Conselho Nacional de Educação que somente as crianças que completam 6 anos até o mês de março podem ingressar no 1º ano do Ensino Fundamental.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se não possui membros de 6 a 17 anos ou se todas as crianças e adolescentes nesta faixa etária:

- Frequentam a escola na rede pública;
- Frequentam a escola na rede particular.

... a família se encontra em privação se tiver pelos menos uma criança ou adolescente de 6 a 17 anos que:

- Não frequenta a escola, mas já frequentou;
- Nunca frequentou a escola.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- Data de nascimento da pessoa (dta_nasc_pessoa);
- Data de última atualização dos dados sociais da pessoa (dta_atual_memb);
- Pessoa frequenta escola (ind_frequenta_escola_memb).



PADRÃO DE VIDA

Uma vida materialmente estruturada e confortável proporciona um senso de segurança e estabilidade. Isso significa ter um teto, alimentação adequada, roupas, saúde e outros recursos essenciais para o bem-estar diário. Essa estabilidade é fundamental para que as pessoas possam viver sem a constante preocupação com a sobrevivência básica, permitindo que possam focar em outras áreas da vida, como o desenvolvimento pessoal e profissional. Ter um padrão de vida satisfatório não se refere a luxos, mas sim ao acesso a condições que favoreçam uma vida equilibrada e saudável, onde o trabalho, o lazer e os relacionamentos podem ser mais bem desfrutados e de maneira mais harmoniosa.

ENERGIA ELÉTRICA

Ter energia elétrica em casa é essencial para garantir o conforto, a praticidade e a segurança no dia a dia. Compreende-se que as famílias com acesso à energia elétrica possuem: maior acesso a informações de interesse e a recursos educacionais através dos

meios de comunicação eletrônicos; menores custos de realização de tarefas, sobretudo durante à noite; maior segurança em razão da iluminação; maior possibilidade de conservação e processamento de alimentos; mais opções de lazer e entretenimento dentro de casa.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se o tipo de iluminação do domicílio é:

- Iluminação elétrica com medidor próprio;
- Iluminação elétrica com medidor comunitário;
- Iluminação elétrica sem medidor.

... a família se encontra em privação se o tipo de iluminação do domicílio é:

- Iluminação por óleo, querosene ou gás;
- Iluminação por vela;
- Iluminação por outra forma.

Variável utilizada do CadÚnico:

- Tipo de iluminação (cod_iluminacao_domic_fam).

MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DO DOMICÍLIO

Observa-se, através deste indicador, se as residências das famílias possuem estrutura duradoura, resistente e segura, a fim de garantir sua proteção física, bem-estar e estabilidade a longo prazo. São avaliados especificamente os materiais predominantes que compõem as paredes externas e pisos. No CadÚnico, não há informações sobre o material predominante dos tetos.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se tanto as paredes externas são feitas de um dos materiais de parede listados a seguir como também os pisos são de algum dos materiais de piso listados.

Parede externa:

- Alvenaria/tijolo com revestimento;
- Alvenaria/tijolo sem revestimento;
- Madeira aparelhada;
- Taipa revestida.

Piso:

- Madeira aparelhada;
- Cerâmica, lajota ou pedra;
- Carpete.

... a família se encontra em privação as paredes externas são feitas de um dos materiais de parede listados a seguir OU se os pisos são de algum dos materiais de piso listados.

Parede externa:

- Taipa não revestida;
- Madeira aproveitada;
- Palha;
- Outro material.

Piso:

- Terra;
- Cimento;
- Madeira aproveitada;
- Outro material.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- Material predominante nas paredes externas do domicílio (cod_material_domic_fam);
- Material predominante no piso do domicílio (cod_material_piso_fam).

DENSIDADE DE MORADORES

Este indicador mede, de certa forma, como a infraestrutura da residência pode comprometer a privacidade e o conforto dos moradores em seus momentos de descanso e autocuidado e no exercício de suas tarefas cotidianas. A necessidade de observar o número de pessoas por dormitórios em uma residência parte do entendimento de que a privacidade é essencial para o bem-estar emocional e psicológico de uma pessoa e que o descanso adequado e a qualidade do sono são essenciais para a saúde física e mental.

A convivência em um espaço pequeno e compartilhado pode gerar ainda conflitos e estresse entre as pessoas, principalmente se elas tiverem hábitos ou horários diferentes. Ressalta-se ainda que para crianças e adolescentes, ter um espaço próprio para dormir é ainda mais importante, pois é durante essa fase da vida que se desenvolvem as habilidades de independência, identidade e autoestima.

Para o IPM Minas, a família NÃO se encontra em privação se o resultado da razão entre o número de moradores e o número de dormitórios é menor ou igual a 2. Caso o resultado seja maior que 2, a família é considerada em privação.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- NIS atual da pessoa (num_nis_pessoa_atual);
- Quantidade de cômodos servindo como dormitório do domicílio (qtd_comodos_dormitorio_fam).



TRABALHO

Esta dimensão é fundamental para estudar o nível de pobreza das pessoas porque o trabalho está diretamente relacionado à renda, à capacidade de acesso a recursos e à melhoria das condições de vida. O emprego, ou a falta dele, e as condições de trabalho desempenham um papel crucial na capacidade de uma pessoa ou família para acessar bens e serviços essenciais, como alimentação, educação, saúde, moradia e transporte.

O trabalho também afeta diretamente a saúde física e mental das pessoas. Trabalhar em condições precárias, com longas jornadas, exposição a riscos ou baixos salários, pode ter um impacto negativo na saúde dos trabalhadores.

A pobreza se perpetua de geração em geração quando as pessoas mais pobres não conseguem acessar uma educação de qualidade ou treinamento profissional adequado, o que limita suas oportunidades de conseguir empregos melhores no presente e no futuro. O tipo de trabalho e a qualidade das condições são condicionantes da capacidade das pessoas de melhorarem ou não a sua posição econômica e a de seus familiares ao longo do tempo.

Antes de partir para a apresentação dos indicadores da dimensão de Trabalho, é necessário pontuar que todos os indicadores consideram a idade das pessoas. Mais especificamente, eles consideram a idade que elas possuem na data de cadastramento no CadÚnico ou de última atualização cadastral. Além disso, considera-se como pessoa que trabalha aquela que trabalhou na semana anterior à data de cadastramento ou de última atualização cadastral ou que tinha nessa semana um trabalho a que estava afastada. Por último, é preciso dizer que, no CadÚnico, não é possível saber se a pessoa que não trabalha está disponível para trabalhar, gostaria de trabalhar, chegou efetivamente a procurar emprego ou deixou de procurar por ter desistido. Ou seja, pelas informações disponíveis no CadÚnico não é possível desagregar as pessoas desocupadas em desempregadas, inativas e desalentadas da procura de emprego.

TRABALHO FORMAL

O trabalho formal proporciona aos trabalhadores maior segurança, direitos trabalhistas e estabilidade financeira. Um salário fixo e regular permite o planejamento pessoal e familiar, a fim de que os trabalhadores possam – na medida do possível – se preparar para cobrir suas despesas mensais, como alimentação, moradia, transporte, educação e saúde.

Os direitos trabalhistas reduzem a vulnerabilidade do trabalhador à exploração e condições precárias de trabalho. O empregado formal tem um contrato de trabalho com regras claras que estabelecem as condições do vínculo empregatício, o que dificulta demissões arbitrárias e outras práticas abusivas. Além disso, enquanto um contribuinte da Previdência Social, o trabalhador formal pode ter acesso à licença médica em casos de doenças ou acidentes e à aposentadoria.

Ao se analisar as condições de trabalho da população, é importante ter um indicador focado nas oportunidades ocupacionais da população adulta, que está em idade adequada para trabalhar e muitas vezes assume a responsabilidade pelo sustento de outros membros da família. Um corte de idade mal estabelecido pode inflar o indicador, especialmente quando se utiliza dados do CadÚnico, onde não há variáveis de procura de emprego, disponibilidade e capacidade para o trabalho.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se não tiver adultos de 25 a 64 anos ou se tiver pelo menos alguém nessa faixa etária que trabalhou na semana anterior à data de cadastro ou atualização cadastral — ou não o fez por razões de afastamento — e que nesse trabalho é:

- **Empregado com carteira assinada;**
- **Trabalhador doméstico com carteira assinada;**

- Militar ou servidor público;
- Empregador;
- Estagiário.

... a família se encontra em privação se tiver membros adultos de 25 a 64 anos, porém todos se enquadram nas categorias abaixo:

- Não trabalhou na semana anterior à data de cadastro ou atualização cadastral e nem se encontrava afastada de algum trabalho;
- Trabalha por conta própria (bico, autônomo);
- É trabalhador temporário em área rural;
- É empregado sem carteira de trabalho assinada;
- É trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada;
- É trabalhador não-remunerado.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

- Data de nascimento da pessoa (dta_nasc_pessoa);
- Data de última atualização dos dados sociais da pessoa (dta_atual_memb);
- Pessoa trabalhou na semana passada (cod_trabalhou_memb);
- Pessoa afastada na semana passada (cod_afastado_trab_memb);
- Função principal (cod_principal_trab_memb).

JOVEM NEM-NEM

Jovens que não estudam e nem trabalham estão em vulnerabilidade social porque enfrentam uma série de barreiras econômicas, educacionais, emocionais e sociais que dificultam seu desenvolvimento e integração à sociedade. Mesmo quando um jovem deseja trabalhar, ele pode enfrentar dificuldades significativas para ingressar no mercado de

trabalho, especialmente quando possui pouca ou nenhuma experiência e se encontra em um cenário de alta competição. As dificuldades de aprendizagem, a falta de apoio pedagógico (da família e das escolas) e a falta de convívio com pessoas que valorizam os estudos podem contribuir para que os jovens desistam de estudar ou optem por não prosseguir com os estudos.

A falta de qualificação e de experiência profissional pode dificultar o ingresso no mercado de trabalho, especialmente para jovens que buscam seu primeiro emprego. Isso pode levar a um desânimo quando as oportunidades parecem escassas. Quando ele percebe que não possui as habilidades necessárias para estudar ou ingressar no mercado de trabalho, pode optar por não tentar, criando um ciclo de inatividade.

Por fim, a falta de acesso à educação e a empregos estáveis impede o jovem de construir um futuro melhor. Essa situação aumenta o risco de envolvimento com atividades ilícitas ou outras fontes alternativas de renda que não envolvam o estudo ou trabalho regular. Para reduzir essa exclusão educacional e econômica, é essencial oferecer aos jovens acesso à educação de qualidade, programas de capacitação profissional e oportunidades de emprego, além de suporte social e psicológico.

Para o IPM Minas, ...

... a família NÃO se encontra em privação se tiver não tiver jovens de 14 a 24 anos ou se tiver pelo menos alguém nessa faixa etária que:

- **Frequenta escola ou universidade;**
- **Trabalhou na semana anterior à data de cadastro ou última atualização cadastral;**
- **Se encontrava afastado de seu trabalho nessa semana.**

... a família se encontra em privação se todos os jovens de 14 a 24 não frequentam escola ou universidade (tendo já frequentado ou não) e nem trabalharam na semana anterior à data de cadastro ou última atualização cadastral e nem se encontravam afastados de seu trabalho nessa semana.

Variáveis utilizadas do CadÚnico:

Data de nascimento da pessoa (dta_nasc_pessoa);

Data de última atualização dos dados sociais da pessoa (dta_atual_memb);

Pessoa frequenta escola (ind_frequenta_escola_memb);

Pessoa trabalhou na semana passada (cod_trabalhou_memb);

Pessoa afastada na semana passada (cod_afastado_trab_memb).

TRABALHO INFANTIL

Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente, são consideradas trabalho infantil as diversas atividades econômicas ou atividades de sobrevivência realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, sejam elas remuneradas ou não, com ou sem finalidade de lucro. É importante destacar que, no CadÚnico, aparecem valores reduzidos de casos de trabalho infantil, o que possivelmente é explicado por ser uma informação não declarada (por ser uma informação sensível) e de difícil captação pelo profissional de Assistência Social no ato de cadastramento através da observação da realidade familiar ou de perguntas implícitas/indiretas sobre o tema.

Tal indicador foi incorporado ao IPM Minas pelo pressuposto de que a todas as crianças deve ser assegurado o direito de experimentar a infância com proteção, cuidado e suporte material garantidos. O trabalho infantil priva as crianças de sua infância, coloca em risco seu bem-estar físico e mental e prejudica seu desenvolvimento educacional. Muitas vezes, as crianças não têm tempo para frequentar a escola ou então têm sua concentração e rendimento escolar comprometidos. A ausência de uma educação formal limita suas oportunidades no futuro, o que contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza. Por fim,

as crianças que trabalham podem não ter tempo ou oportunidades para interagir com outras da sua idade, o que prejudica também suas habilidades sociais.

Para o IPM Minas, a família não se encontra em privação se não foi identificado nenhum caso de trabalho infantil e se encontra em privação se foi identificado algum caso de trabalho infantil.

Variável utilizada do CadÚnico:

- Trabalho infantil na família (ind_trabalho_infantil_pessoa).

CÁLCULO DO IPM MINAS A NÍVEL FAMILIAR

Para fazer o cálculo do IPM Minas a nível familiar, são somadas as privações das famílias cadastradas no CadÚnico em cada um dos 12 indicadores. A soma de 0 a 12 é convertida para uma escala que varia entre 0 e 1, sendo que, 1 representa a quantidade máxima de privações possíveis, e zero a ausência de todas as privações consideradas nas famílias. **As pessoas das famílias que possuem um valor de IPM Familiar igual ou superior a 0,33 estão em situação de pobreza multidimensional.**

Para o cálculo do IPM Minas, foram desconsideradas as famílias cadastradas no CadÚnico que se encontravam com dados pendentes ou não atualizados nos últimos 48 meses, que residiam em domicílios coletivos ou que se encontravam em situação de rua.

$$\text{IPM Familiar} = \sum \text{de privações da família} / 12$$

São pobres multidimensionais aquelas famílias com IPM Familiar igual ou superior a 0,33

CÁLCULO DO IPM MINAS A NÍVEL TERRITORIAL

Da mesma forma que as famílias são classificadas de acordo com o nível de gravidade de suas privações, o estado de Minas Gerais, seus municípios e territórios também são. Para a análise dos municípios e outros níveis territoriais, é calculado o **percentual de pessoas que vivem em pobreza multidimensional** em cada local (**H**) e também o **IPM médio** das pessoas nessa situação (**A**). Com a multiplicação entre os dois resultados, alcança-se o IPM Municipal ou do território de interesse, que considera tanto a abrangência da pobreza multidimensional na população como a intensidade média do nível de privações das famílias.

$$\text{IPM de municípios ou outros níveis territoriais} = H \times A$$

H = Número de pessoas em famílias pobres multidimensionais / População residente

A = Média do IPM Familiar de famílias pobres multidimensionais

Para o cálculo do percentual de pessoas que vivem em pobreza multidimensional (**H**), divide-se o número de pessoas identificadas no CadÚnico em famílias com IPM igual ou superior a 0,33 pela população total do estado, município ou território. **A população municipal é extraída de Censos Demográficos ou estimativas produzidas pelo IBGE.** O Censo Demográfico possui um conjunto muito amplo de informações que possibilita a estratificação e o aprofundamento das análises de diversas formas, no entanto ele é realizado a cada 10 anos aproximadamente. No período intercensitário, as informações disponíveis sobre a população residente dos municípios consistem em estimativas sobre a população total, sem divisões que permitem a análise do IPM em grupos de interesse ou áreas específicas dentro dos municípios.

Desse modo, os resultados do IPM Minas divulgados **para municípios ou agrupamentos de municípios (regionais SEDESE, regiões imediatas ou intermediárias**

classificadas pelo IBGE) nos anos de 2022 e 2023 utilizaram dados do Censo Demográfico sobre a população residente nos municípios e regiões. Os dados já divulgados, referentes a outros anos, para os níveis geográficos mencionados, foram obtidos com uso das estimativas populacionais municipais.

A nível estadual, é possível utilizar os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). Esses dados possibilitam análises com diferentes estratificações, inclusive no período intercensitário, sendo essa a sua vantagem com relação ao somatório das estimativas populacionais. Sua desvantagem é que a amostra de domicílios da pesquisa não é representativa a nível municipal, exceto no caso do município de Belo Horizonte, capital do estado. **Por isso, o uso de tais dados restringe-se ao nível estadual e a estudos que requerem comparações entre grupos de interesse acerca do IPM Minas. Atualmente, no Dashboard do IPM Minas, não há informações produzidas com o uso da PNADC** porque os recortes que lá se encontram não demandam informações dessa fonte de dados. Porém, em artigos e apresentações do IPM Minas, os dados da PNADC são incorporados sempre que são considerados pertinentes às análises desenvolvidas.

No intuito de comunicar os resultados territoriais com mais facilidade, o IPM de municípios ou outros níveis territoriais é convertido em faixas que expressam seu nível de grandeza.

IPM Minas Baixo	valor menor a 0,02
IPM Minas Médio	de 0,02 a 0,04
IPM Minas Alto	de 0,04 a 0,08
IPM Minas Muito Alto	valor superior a 0,08

Com relação à **comparação entre pessoas e famílias de áreas urbanas e rurais**, é necessário fazer algumas ponderações, uma vez que o CadÚnico e as outras bases de dados utilizadas – referentes ao tamanho total da população –, possuem diferentes formas de captar a população residente em áreas urbanas e rurais. No caso do Censo Demográfico, os domicílios são classificados objetivamente segundo as características avaliadas do entorno na Pesquisa do Entorno, realizada antes da coleta dos dados censitários (IBGE, 2022). No caso da PNADC, o plano amostral possui estratificação urbana e rural e, dessa forma, são sorteados separadamente, para fazerem parte da pesquisa, os domicílios situados em setores censitários urbanos e rurais de acordo também com as características objetivas observadas no entorno dos domicílios na ocasião anterior ao Censo (IBGE, 2014).

Já no caso do CadÚnico, a variável sobre a localidade da família é autodeclarada, não havendo um critério único e padronizado de classificação. A forma ideal de integração das bases seria pela sobreposição em mapa dos domicílios cadastrados no CadÚnico e da malha de setores censitários brasileiros. Entretanto, para isso são necessários primeiramente esforços de georreferenciamento das famílias do CadÚnico pelas informações de endereço prestadas. Esse esforço vem sendo realizado atualmente pelo Escritório de Dados da SEDESE, mas ainda não há dados conclusivos.

COMPARAÇÃO DA POBREZA MONETÁRIA E DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Há uma diferença relevante entre pessoas consideradas pobres monetárias e pobres multidimensionais. Dentre as pessoas que são pobres estritamente sob o aspecto monetário, podem estar presentes pobres temporários, que são pessoas que se encontram em situação de pobreza pela falta momentânea de acesso a benefícios assistenciais ou oportunidades no mercado de trabalho, seja para si mesmo ou outros membros da família.

A situação de pobreza é mais delicada quando as pessoas convivem com privações

múltiplas em seu núcleo familiar, para além da renda. As pessoas em situação de pobreza crônica exigem esforços mais intensos e articulados das políticas públicas para que tal condição seja revertida de maneira efetiva.

Em relação à pobreza em termos monetários, o CadÚnico classifica o nível de pobreza das famílias de acordo com as seguintes faixas de renda:

Famílias em situação de extrema pobreza:

Famílias com renda familiar per capita mensal de R\$0,00 a R\$109,00.

Famílias em situação de pobreza:

Famílias com renda familiar per capita mensal de R\$109,01 a R\$218,00.

Famílias de baixa renda:

Famílias com renda familiar per capita mensal de R\$218,01 até meio salário-mínimo.

São tratadas como famílias e pessoas em situação de **pobreza monetária** todas aquelas famílias, e respectivos membros familiares, que se encontram nas faixas de renda do CadÚnico correspondentes às situações de extrema pobreza e de pobreza. As famílias e pessoas em **pobreza multidimensional**, por sua vez, são aquelas cujo IPM Familiar é igual ou superior a 0,33. Quando uma pessoa ou família se encontra tanto em pobreza monetária como em pobreza multidimensional, considera-se que tal pessoa ou família se encontra em **pobreza crônica**.

COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS POR INDICADORES E DIMENSÕES

As análises da pobreza multidimensional podem fazer uso do **comparativo entre os níveis de privações diagnosticados pelos múltiplos indicadores ou dimensões** que compõem o IPM Minas. É possível saber, por exemplo, qual indicador ou dimensão cujas privações atingem mais pessoas, seja em Minas Gerais como um todo ou em determinado território de interesse.

Algumas métricas possíveis de serem extraídas são: **número absoluto e percentual de pessoas em privação** do ponto de vista do indicador ou dimensão e o **percentual de contribuição de cada indicador** ao IPM Minas. É preciso deixar alguns pontos claros sobre essas métricas.

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que o IPM Minas se baseia na premissa de que as privações de cada membro familiar possuem ligação direta nas possíveis privações de outros membros familiares. Desse modo, **quando se calcula o número absoluto e percentual de pessoas em algum tipo de privação, são contabilizados todos os membros dos domicílios que apresentam as respectivas privações**, mesmo quando os indicadores tratados observam pessoas de determinado perfil etário. Em segundo lugar, **os percentuais são sempre correspondentes à população total do território de referência**, extraída do Censo Demográfico, de estimativas populacionais ou da PNADC. Já em terceiro lugar, quando se contabiliza pessoas em privação do ponto de vista de uma **dimensão**, seja o número absoluto ou o percentual, contabiliza-se todas as pessoas que apresentam privação em seu domicílio de **pelo menos um indicador** da referida dimensão.

Por último, em quarto lugar, é importante reforçar que **o percentual de pessoas em situação de privação é diferente do percentual de contribuição dos indicadores** ao IPM Minas. O percentual de contribuição sempre irá somar 100% para todos os

indicadores analisado e diz respeito ao peso do indicador para a composição global do IPM Minas enquanto um índice sintético de variadas dimensões da vida.

Número absoluto de pessoas em privação por um indicador =

$\sum$ de pessoas em privação do ponto de vista do indicador

Percentual de pessoas em privação por um indicador =

$100 \times \sum$ de pessoas em privação do ponto de vista do indicador

População residente

Número absoluto de pessoas em privação por uma dimensão =

$\sum$ de pessoas em privação do ponto de vista de qualquer indicador da dimensão

Percentual de pessoas em privação por uma dimensão =

$100 \times \sum$ de pessoas em privação do ponto de vista de qualquer indicador da dimensão

População residente

Percentual de contribuição dos indicadores
ao IPM Minas =

Primeiro calcula a “Proporção de pessoas
pobres multidimensionais em privação pelo
indicador” (P)

$\sum$ de pessoas pobres
multidimensionais em privação do
ponto de vista do indicador / $\sum$ de
pessoas pobres multidimensionais

12

E depois:

$100 \times \frac{P}{A}$

“A” é a Média do IPM Familiar de famílias
pobres multidimensionais

DIVULGAÇÃO DO IPM MINAS

Os dados do IPM Minas podem ser consultados no site da SEDESE (<https://social.mg.gov.br/>). Como dito anteriormente, o IPM Minas é um índice de divulgação semestral calculado a partir das bases de dados do CadÚnico dos meses de junho e dezembro. Estes são, portanto, os meses de referência dos dados divulgados. Contudo, **a divulgação dos dados atualizados do IPM Minas deverá ocorrer, posteriormente, nos meses de março e setembro.**

O IPM Minas permite que o Estado de Minas Gerais, os municípios e os cidadãos acompanhem a evolução dos níveis de pobreza ao longo do tempo. Entretanto, o IPM Minas é mais que um instrumento para estudos e diagnósticos, pois serve também como ferramenta para a focalização e a priorização de públicos em políticas de combate à pobreza. Durante as execuções destas políticas e até mesmo após, o IPM Minas pode ser também utilizado como aliado ao monitoramento e à avaliação das políticas públicas.

O IPM Minas permite a construção de políticas públicas para as famílias mais pobres, que sofrem de múltiplas privações, a fim de **enfrentar à pobreza de maneira mais estratégica e assertiva**. Além disso, por meio dos resultados do IPM Minas podem ser medidos e acompanhados, ao longo do tempo, os progressos dos esforços despendidos pelo poder público para o alcance do desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALKIRE, Sabina, KANAGARATNAM, Usha, NOGALES, Ricardo, SUPPA, Nicolai. "Revising the Global Multidimensional Poverty Index: Empirical Insights and Robustness". In: *Review of Income and Wealth*, series 68, n. S2.

ALKIRE, Sabina. "Multidimensional poverty measures as policy tools". In: BECK, Valentin. HAHN, Henning, LEPENIES, Robert. (eds). *Dimensions of poverty: Measurement, epistemic injustices, activism*. Springer: 2020, pp. 197-214.

ALKIRE, Sabina, FOSTER, James, SETH, Suman, SANTOS, Maria Emma, ROCHE, Jose Manuel, BALLON, Paola. *Multidimensional poverty measurement and analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2015, ch. 1.

Alkire, Sabina, SANTOS, Maria Emma. "Measuring acute poverty in developing world: robustness and scope of the multidimensional poverty index". In: *World Development*, 2014, 59, 251-274.

ALKIRE, Sabina, FOSTER, James. "Counting and multidimensional poverty measurement". In: *Journal of Public Economics*, 2011, vol. 95 (7-8), pp. 476-487.

BARROS, Ricardo Paes de, CARVALHO, Mirela de, MEDONÇA, Rosane. *Sobre as utilidades do Cadastro Único*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Manual de Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal*. Brasília: 3 ed., 2017.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). *Portaria nº 177, de 16 de junho de 2011*. Define procedimentos para a gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, revoga a Portaria nº 376, de 16 de outubro de 2008, e dá outras providências.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Panorama Social da América Latina e do Caribe: resumo executivo*. Santiago: 2022.

FAHEL, Murilo, TELES, Letícia Ribeiro, CAMINHAS, Davy Alves. "Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil". In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2016, vol. 31, n. 92.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Guia para jornalistas: Censo 2022*. Rio de Janeiro: 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: notas metodológicas*. Rio de Janeiro: 2014.

MINAS GERAIS, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE). *Decreto nº 48660, de 28 de julho de 2023*. Dispõe sobre a organização da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

